

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MOSSORO/2026

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

Reitor: Professor Dr. Rodrigo Nogueira de Codes

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pro-reitora. Prof^a. Dr^a. Liana Holanda Nepomuceno Nobre

NUCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA – NEAD

Coordenador Geral: Dr. Davi da Costa Almeida

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH

Diretor: Prof. Dr. José Albenes Bezerra Júnior

Departamento de Ciências Humanas – DCH

Chefia. Prof. Mara Betanea Jales

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO CURSO
atribuída pela portaria PORTARIA UFERSA/CCSAH N. 05/2025, DE 18 de Julho de 2025.

Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva - UFERSA/DCH
Prof. Dr. Antonio Erivandro Xavier Junior – UFERSA/DCA
Prof. Dr. José Albenes Bezerra Junior - UFERSA/DCA

Identificação do Curso

Nome: Curso de Especialização de Gestão Pública Título: Especialista em Gestão Pública

Modalidade: Distância.

Carga Horária: 390 horas.

1 Dados de identificação do curso

a) **Nome do Curso:**

Curso de Especialização de Gestão Pública

b) **Proponente:**

Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA.

c) **Público-alvo:**

Profissionais que atuam ou venham a atuar na Administração Pública, em todas as esferas e poderes do Estado, no setor público não-estatal e em outras áreas afins.

d) **Número de vagas:**

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) **Formas de ingresso:**

Definido conforme resolução complementar de cada Ipes.

f) **Duração do curso:**

O curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, divididos em três semestres, incluindo cumprimento de créditos e elaboração de TCC.

A IPES, por intermédio da DED/CAPES, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Polos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentações de monografias.

Os encontros presenciais, quando necessário, serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do AVA. No início de cada semestre, haverá entrega dos

materiais didáticos do semestre e o calendário.

Ao longo do semestre, seria interessante propiciar encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentação de trabalhos.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização de Gestão Pública e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da

sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles os dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser

pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação

superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional: Integração e Articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Pública a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial. O Curso de Especialização de Gestão em Pública será ofertado na modalidade a distância.

A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e adaptando-a para essa modalidade, dando-lhe uma “cara” própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Por isso, nesse projeto não cabe definir aspectos procedimentais e de organização do curso, isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que podemos acenar aqui são aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para garantir qualidade na formação dos estudantes desse curso de especialização.

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos

e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantem as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem concebe e elabora o material didático a quem cuida para que esse material chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*designer* instrucional), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica (Figura 3). A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico. Alguns atores são importantes neste processo. A seguir, exemplificamos alguns deles:

- a) **O estudante**: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- b) **Professores autores**: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- c) **Professores “especialistas”**: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- d) **Tutores/Orientadores**: é importante definir o perfil dos tutores, bem como sua função no curso. A equipe de elaboração do projeto sugere bacharéis em Administração e nas áreas dos Módulos Específicos, preferencialmente com titulação mínima de Mestrado, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor “especialista”, responsável pela oferta da disciplina formar uma equipe de orientadores, sob sua supervisão;
- e) **Equipe de apoio tecnológico e de logística**: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

7 A UFERSA e o Cenário Institucional da Ead: aspectos Institucionais

As informações apresentadas abaixo estão disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFERSA, e aqui reproduzidas no sentido de fortalecer a proposta, sua necessidade e execução.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa foi criada em 1º de agosto de 2005, pela Lei Nº 11.555/2005, a partir da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – Esam, que por sua vez, foi instituída pela Prefeitura Municipal de Mossoró, por meio do Decreto nº 03/67, de 18 de abril de 1967, e incorporada à rede federal de ensino superior como autarquia em regime especial, por intermédio do Decreto Nº 1.036, de 21 de outubro de 1969.

A Ufersa é uma pessoa jurídica de direito público, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, regendo-se pela legislação federal, pelo seu Estatuto, Regimento e pelas resoluções e normas emanadas de seus Conselhos Superiores. Instituição de Ensino Superior – IES com atuação prioritária na região semiárida, a Ufersa tem como finalidade, formar profissionais críticos e reflexivos, com sólida formação humanística, além de produzir ciência, estimular a inovação e difundir conhecimento. A Instituição também busca interagir com a sociedade e atender às suas demandas, propondo soluções que promovam o desenvolvimento sustentável e fomentem transformações sociais.

De acordo com o painel Ufersa em Números, a Ufersa contava, em 2024, com 8673 discentes regularmente matriculados, distribuídos em quarenta e sete cursos de graduação, nas modalidades presencial e à distância, além de 845 alunos matriculados em dezenove programas de Pós-Graduação, abrangendo mestrados e doutorados.

A instituição possui um *Campus* central localizado na cidade de Mossoró/RN e três *Campi* fora da sede, situados nas cidades de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/ RN. Essa estrutura multicampi amplia a interiorização da Universidade, promovendo o acesso ao ensino superior público e de qualidade em diferentes territórios do Rio Grande do Norte, contribuindo significativamente para o

desenvolvimento da sociedade por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação.

A infraestrutura física da Universidade é composta por espaços acadêmicos, administrativos e de convivência. No âmbito acadêmico-didático, destacam-se bibliotecas, laboratórios de ensino, salas de aula e auditórios, os quais oferecem suporte às atividades de formação e disseminação do conhecimento. Para a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, a infraestrutura dispõe de laboratórios especializados, destinados ao desenvolvimento de projetos de investigação em diversas áreas do saber.

Os *Campi* também abrigam unidades administrativas responsáveis pela gestão acadêmica e institucional, assegurando o funcionamento integrado da Universidade. Complementarmente, a assistência estudantil é garantida por meio de estruturas próprias, como residências universitárias, complexos esportivos, áreas de convivência e restaurantes universitários, que contribuem para a permanência e o bem-estar dos discentes.

O processo de expansão territorial da Ufersa, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, iniciou-se em 2008 com a criação do *Campus* na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. Essa expansão decorreu da adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, lançado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de educação superior em suas dimensões físicas, acadêmicas e pedagógicas. Atualmente, o Campus de Angicos oferta cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Humanas e Engenharias.

O processo de ampliação estendeu-se aos anos de 2010 e 2011, quando foram criados, respectivamente, os *Campi* nas cidades de Caraúbas e Pau dos Ferros, ambas localizadas na região do Oeste Potiguar. Em Caraúbas, o Campus oferta cursos nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias, Letras e Licenciaturas. O Campus de Pau dos Ferros, por sua vez, atua nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas. Esse processo de expansão e interiorização tem proporcionado oportunidades de acesso ao ensino superior em áreas de formação profissional que, até então, estavam concentradas nos grandes centros urbanos.

A Ufersa possui uma Pós-Graduação consolidada, que abrange programas *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com reconhecida relevância acadêmica,

científica e social, bem como cursos lato sensu (especializações). A maioria dos cursos lato sensu possui carga horária mínima de 360 horas; e são destinada aos profissionais que buscam aprofundar conhecimentos em áreas específicas. Esses cursos são regidos pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. A oferta de vagas ocorre por meio de editais publicados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Proppg. Em relação aos cursos stricto sensu, são ofertados à sociedade, 18 cursos de mestrado e 4 cursos de doutorado, os quais são distribuídos em 19 programas de Pós-Graduação.

No âmbito da Ufersa, os cursos de graduação ofertados na modalidade Educação à Distância – EaD, possuem ingresso regulamentado por editais específicos publicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, no contexto do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Tais editais definem as condições, requisitos e procedimentos de seleção, sendo a sua execução gerida institucionalmente pelo Núcleo de Educação a Distância – NEaD/Ufersa. Assim sendo, compete ao NEaD planejar, coordenar e acompanhar a oferta dos cursos EaD, garantindo a articulação com os polos de apoio presencial credenciados; e assegurando a conformidade acadêmica, administrativa e pedagógica com as diretrizes da Capes/UAB e da própria Universidade.

Atualmente, a oferta de cursos na modalidade Educação a Distância - EaD abrange municípios do estado do Rio Grande do Norte. São ofertados cursos de licenciatura em Matemática, Computação, Física e Química. Durante a vigência deste PDI, a definição dos polos e sua respectiva capacidade de atendimento estará condicionada à autorização da Universidade Aberta do Brasil - UAB. Por sua vez, o NEaD/Ufersa está localizado no Campus Mossoró, em uma infraestrutura física que dispõe de salas específicas para os setores acadêmico-pedagógico, de produção de material didático, administrativo e de coordenação geral. Além disso, conta com estúdio próprio de gravação. Destaca-se, em seu quadro de pessoal, a presença de tutores e docentes que atuam tanto no desenvolvimento do conteúdo quanto no acompanhamento dos alunos nos polos presenciais. Para mais informações sobre a educação na modalidade EaD, incluindo aspectos relacionados à infraestrutura física, relação de cursos, tecnológica e de pessoal, bem como às metodologias e tecnologias adotadas, acesse o endereço eletrônico do NEaD.

7.1.1 Missão

A missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região Semiárida brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade. Ver Estatuto em (Estatuto Publicado no Site, valido a partir-de 01 de Setembro de 2016)

7.1.2 Princípios e valores

Ética, gestão democrática, transparência, participação, legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e sustentabilidade; II - Descentralização administrativa e acadêmica; III - Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União; IV - Liberdade de ensino, pesquisa e extensão e difusão e socialização do saber; V - Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; VI - Democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade e oportunidade de acesso e à socialização de seus benefícios. Ver Estatuto Publicado no Site, valido a partir-de 01 de Setembro de 2016)

8. Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública

Esta proposta para os Cursos de Especialização, na modalidade a distância, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos

no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;

- c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

8.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- a. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- b. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- c. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

8.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações

governamentais e não governamentais, visando o desenvolvimento socioeconômico.

8.3 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas.

8.4 Objetivos específicos

- I. Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações, no seu ambiente de atuação;
- II. Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para diagnóstico e solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- III. Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria de seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- IV. Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor público.

8.5 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

8.5.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30

4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado contemporâneo e sua Administração Pública.

8.5.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Orçamento e Finanças Governamentais	30
8	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
9	Licitações, Contratos e Convênios	30
10	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45
11	Gestão de Pessoas	30
12	Governo Digital	45
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

8.5.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BASICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

Ementa

Construção, e publicação do trabalho de conclusão de curso conforme as normas da ABNT e da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, segundo manual apresentado com as orientações para trabalhos acadêmicos/projetos de pesquisa e TCC.

Disciplina 7 – Orçamento e Finanças Governamentais

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento Orçamentário**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CREPALDI, Silvio. **Orçamento Público**: Planejamento, Elaboração e Controle. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: MGH, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: A política Orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Disciplina 8 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA

Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas e orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZERG, Henry. **Safari de Estratégia**: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público**: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

Disciplina 9 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração pública. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 10 – Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais

EMENTA
Organização e mudança. Desenho organizacional. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Centralização e descentralização. Alinhamento de estruturas, sistemas e processos organizacionais. Tendências atuais em desenhos e arranjos organizacionais. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos . São Paulo: Atlas, 2015. CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos : administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015. ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional . São Paulo: Atlas, 2007. 2 v.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos . São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos : uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013. ROCHA, Mateus. Análise Organizacional . Rio de Janeiro: SESES, 2015. CARREIRA, Dorival. Organização, Sistemas e Métodos . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina 11 – Gestão de Pessoas

EMENTA
Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. Motivação nas Organizações . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Mauro Murce. **Gestão de Pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal.** **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 45, 2016.

FERNADES, Bruno Rocha. **Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional.** São Paulo: Atlas, 2006.

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. **Liderança. Administração do Sentido.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional.** São Paulo: Atlas, 2008.

IORIO, Célia Soares. **Manual de Administração de Pessoal.** 17. ed. São Paulo: Senac, 2017.

Disciplina 12 – Governo Digital

EMENTA

Sociedade da informação. Conceitos e abordagens sobre o governo digital. Governança eletrônica: transparência, participação social e democracia. Governo digital no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Inclusão sóciodigital no Brasil. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas.** Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro**: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual**: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2018.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica? Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In*: **Governo Eletrônico**: Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, n. 24, dezembro 2002.

9 Estrutura Administrativo-Pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- a. **aluno** matriculado no curso;
- b. **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- c. **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- d. **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- e. **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística. No que se refere a este PPC, a responsabilidade pela operacionalização e infraestrutura tecnológica fica a cargo do Nead da UFERSA, composto por uma Coordenação geral do

Núcleo, Coordenador Adjunto, Vice Coordenador; Secretaria da Coordenação UAB/NEAD, Secretária; Setor Administrativo/Financeiro; Secretária Administrativa, Setor Tecnologia de Informação – TI; Programador; Suporte TI, Estagiários, Apoio Tecnológico e à Produção de Materiais Didáticos, Gerente de Criação e Design, Design de Artes Visuais, Assistente de Mídias, Coordenação e Suporte Pedagógico, Setor Acadêmico e Setor de Atendimento.

9.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, monitores e pessoal técnico-administrativo, como apontado no tópico anterior, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

9.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá através da realização de cursos. Para a implementação dos cursos do PNAP contará na instituição com o apoio de um Núcleo de Educação à Distância (NEaD) da UFRSA composto uma coordenação geral e uma coordenação adjunta, apoiados por uma equipe docente multidisciplinar em Administração Pública, conforme orientação do CCSAH/UFRSA e sustentação da CAPES/UAB. Esta equipe orientará os processos de construção e avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) EaD da UFRSA para o PNAP e todos os processos didático-pedagógicos que configuram o trabalho para educação mediada por tecnologia: formação de professores, tutores, técnicos e discentes para o uso de ambiente e ferramentas tecnológicas, produção, adequação, uso e entrega de materiais didáticos impressos e digitais, tutoriais, videoaulas; acompanhamento ao trabalho em andamento nos polos, dentre outros processos envolvidos no ensino à distância.

A Equipe Responsável pela Execução do Curso tem como principal papel orientar o processo de estudos dos discentes e apoiar suas dúvidas de procedimentos de acesso, metodologia de ensino e de conteúdo sempre que

possível. Esses profissionais devem deter conhecimento sobre a área do curso, procedimentos acadêmicos e domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente e técnica nesta modalidade de ensino.

Deve orientar e motivar o discente, acompanhando suas atividades na disciplina sob sua responsabilidade, procurando sempre orientá-lo quanto ao desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo, de estudo cooperativo e colaborativo e à melhoria do processo ensino-aprendizagem, sobretudo a partir dos conteúdos e experiências apresentados. Atua diretamente nas tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, com vistas à interação com o discente para esclarecimento de dúvidas, à promoção de espaços de construção coletiva do conhecimento e a participação nos processos avaliativos.

9.2 Docentes que participam da gestão do curso

Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva - UFERSA/DCH

Prof. Dr. Antonio Erivandro Xavier Junior – UFERSA/DCA

Prof. Dr. José Albenes Bezerra Junior - UFERSA/DCA

Prof. Dr. Davi da Costa Almeida– UFERSA/Nead

10 Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
 - ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino

aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

10.1 Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Ipes e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Ipes.

10.2 Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

10.3 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- (Espaço para texto da Ipes – outros recursos).

10.4 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- a. buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- b. obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- c. desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para

transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

11 Avaliação institucional

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFRSA consistem:

- a. Avaliar a eficácia e efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFRSA para definir seu perfil institucional;
- b. Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- c. Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.
- d. Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna faz-se necessário a realização de ações de caráter específicos, tendo em vista, os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:
- e. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFRSA;
- f. A política de formação acadêmico-científico, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, extensão e a formação profissional dos discentes;
- g. As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- h. A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFRSA.
- i. O planejamento e avaliação instrumentos centrados no presente e no futuro

institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;

- j. As formas de acesso dos discentes a UFERSA;
- k. Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFERSA;
- l. A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.
- m. Todos esses critérios de avaliação são oriundos do PDI da UFERSA vigente, e implementados pela CPA, até a data aprovação deste projeto pelo CCSAH.

11.1 Avaliação dos subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão em Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- a. desempenho do estudante;
- b. desempenho dos professores-tutores;
- c. desempenho dos professores formadores;
- d. adequação do sistema de tutoria;
- e. adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- f. qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- g. qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- h. desempenho da coordenação do curso; e
- i. eficácia do programa.
- j. Como instrumentos de avaliação serão utilizados:
- k. Visitas técnica in loco por parte do INEP/SINAES;
- l. Questionários eletrônicos aplicados a todos os atores envolvidos;

- m. Comissão Própria de Avaliação da UFERSA CPA
- n. Seminários de integração, entre outros.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada. Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia orientados pelos PNAP.

11.2 Avaliação de aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- a. buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- b. obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- c. desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Portanto, ao organizar o material didático do curso de Gestão Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública e a relação

intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência na realidade imediatamente inserida, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pela UFERSA em seu dispositivo legal institucional aplicados aos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os cursos PNAP/UFERSA acontece, prioritariamente, no ambiente virtual de aprendizagem, tendo, para cada componente curricular, ao menos uma avaliação presencial que acontecem nos polos de apoio, no qual, as mesmas são aplicadas pelo tutor presencial. Quanto às avaliações *on-line*, o professor formador tem autonomia acadêmica para realizar quantas achar oportuno para o desenvolvimento do discente, de acordo com a necessidade didáticas-pedagógica relacionada aos conteúdos de seu componente curricular ministrado.

A verificação de aprendizagem é registrada por meio de pontos computados cumulativamente em cada componente curricular. Para as quais, temos atividades presenciais e online. As avaliações presenciais compreendem 66,66% da média parcial e as atividades online, correspondem a 33,33% da média parcial.

Os resultados das avaliações serão expressos em notas que variam de 0,0 a 10,0, com uma casa decimal. Será aprovado na componente o discente que obtiver Média Parcial (MP) igual ou maior que 7,0 ou Média Final (MF).

O discente terá direito a uma prova de reposição por disciplina, que acontecerá obrigatoriamente antes da avaliação final. O conteúdo versará sobre todos os conteúdos do componente curricular perdido.

O discente pode requerer revisão no resultado de sua avaliação do componente curricular, para isso, basta requerer a secretaria ou

coordenação de curso Pós-Graduação/NEaD/UFERSA, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação do resultado.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- a. durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- b. durante os possíveis encontros presenciais, se e quando o houver, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- c. ao final do curso, com a elaboração de artigo e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

São processos que, na EAD, não há como serem separados, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, o orientador deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve

estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

12 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão, telefone, *chat*, webconferência etc.). Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: fóruns, *e-mails* etc.)

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

As perspectivas futuras incluem a ampliação da oferta de cursos, a consolidação de parcerias com órgãos públicos e a adoção de novas tecnologias de ensino, promovendo uma formação cada vez mais inclusiva, acessível e alinhada às demandas do setor público brasileiro. Assim, a UFERSA reafirma seu compromisso de contribuir para a qualificação de gestores públicos e para o fortalecimento da gestão democrática e eficiente no Brasil.

